

## UMA PROPOSTA DE ANÁLISE CONTRASTIVA<sup>1</sup>

Maria José Rêa  
Docente de Línguas Estrangeiras  
da UFRGS

### 1 – INTRODUÇÃO

Todo locutor faz escolhas múltiplas a cada ato de fala.

O lingüista tenta explicá-las, a fim de que o pedagogo possa aproveitá-las em suas práticas de ensino.

Várias são, atualmente, as metodologias aplicadas nos cursos de línguas modernas, sem que se tenha chegado a uma conclusão definitiva sobre qual delas, realmente, é a mais eficaz.

Os questionamentos sobre esse tema já foram respondidos de maneiras diversas, mas talvez jamais se encontre um critério satisfatório aplicável a todas as situações num processo de ensino-aprendizagem.

A proposta de objetivos bem definidos, que solicita do professor de línguas estrangeiras reflexões sobre os diferentes posicionamentos existentes, procura os meios adequados a determinados fins, pois ensinar significa tornar mais fácil a aprendizagem.

Deste modo, se os aprendizes de uma LE já atingiram um nível razoável de conhecimentos lingüísticos do novo sistema em aquisição e tendo, naturalmente, internalizado a gramática de sua LN, o ensino torna-se mais refinado, concentrando-se em áreas específicas, como ocorre num curso de Tradução ou de Licenciatura em línguas modernas.

<sup>1</sup> – Este artigo é uma síntese de dissertação intitulada "O infinitivo do português e o infinitivo do francês – Uma análise contrastiva" – apresentada em abril de 1982 no Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras da PUCRS, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Para estabelecer a equivalência de sentido entre atos de fala que ocorrem em duas línguas diferentes, uma das técnicas que podem resultar em proveito do processo didático é a da análise contrastiva.

Aplicada a um inventário que ofereça pontos de semelhanças e de divergências entre duas línguas, essa técnica, embora oferecendo apenas soluções parciais, constitui um suporte de grande auxílio na área pedagógica.

Desenvolver as pesquisas da Lingüística Contrastiva não significa, portanto, apenas abordar uma estratégia, mas, graças às contribuições da Lingüística Geral, também valorizar uma teoria do contrato vivido pelo indivíduo entre duas línguas diferentes.

### 2 – ANÁLISE CONTRASTIVA

#### 2.1 – Visão Histórica

Desde as mais remotas épocas o homem se preocupou com o estudo da linguagem. Sendo meio de comunicação, ela pode ser situada, em sentido mais amplo, no conjunto de signos convencionais que servem para transmitir significações sensoriais ou psíquicas: num sentido mais restrito, porém, é interpretada como a associação da palavra ao pensamento e, como tal, é característica do ser humano. Muitos aspectos da linguagem foram investigados: sua origem, sua diversidade, suas particularidades, suas funções. Justifica-se esse interesse por causa do importante papel que a comunicação sempre exerceu entre os povos. Passando pelos filósofos gregos, de tempos pré-cristãos, chegando a Santo Agostinho – que já há quinze séculos refletia sobre o valor das palavras – até nossos dias, a linguagem e suas diversificações particulares – as línguas – continuam a ser pesquisadas. A princípio foram discutidas as relações entre as noções e os termos que as designam, pressupondo-se que a organização da língua refletia as leis da elaboração do raciocínio. Esta foi a orientação dada no século XVIII à Gramática Filosófica de Soares Barbosa, em português, e à Grammaire Raisonnée de Port Royal, em francês, em 1660. Classificações com base psicológica foram propostas por W. Humboldt e F. Bopp, no século XIX, nos seus estudos de gramática comparada que trouxeram as primeiras reflexões sobre a diversidade ou semelhanças entre as línguas. A partir daí, começaram a desenvolver-se os estudos descritivos de cunho científico, baseados em fundamentos lingüísticos. A obra póstuma de Ferdinand de Saussure (1916) deu uma

formulação precisa a essa nova visão da linguagem que se destina a apreender a estrutura de uma língua explicando as relações existentes entre seus elementos.

Estendendo o estudo da linguagem além da visão filosófica, histórica ou geográfica interessada na filiação e no parentesco entre as línguas, os estudos modernos do século XX centraram sua atenção na descrição do sistema, analisando suas regras combinatórias e seu mecanismo interno. Pode-se, assim, estudar cada língua em separado.

Quando, porém, se deseja comparar códigos lingüísticos, deve-se tomar apenas dois deles para analisá-los paralelamente.

Poersch (1980, p. 13) diz que a análise contrastiva é uma técnica de análise da Lingüística Contrastiva:

"Teoricamente, trata-se de uma análise que se propõe a comparar dois sistemas lingüísticos, a fim de detectar suas semelhanças e, principalmente, suas diferenças. Insere-se num tipo de análise mais ampla, a análise comparativa. Difere, no entanto, desta por ser sincrônica e relacionar somente dois sistemas de cada vez".

## 2.2 – Fundamentos da análise contrastiva

A análise contrastiva partiu dos seguintes princípios:

a) As línguas são diferentes e o estudo de uma língua estrangeira não se apóia nos mesmos fundamentos que o estudo da língua materna. Enquanto a aquisição da língua materna se faz naturalmente, sem condicionamentos, a de uma língua estrangeira pode ser afetada por uma competência anteriormente desenvolvida.

b) O aprendizado de uma língua é uma formação de hábitos novos. Essa teoria comportamentista apóia-se nos fundamentos da psicologia behaviorista, defendida por Fries na Apresentação feita para o livro de Lado (1971, p.6) Introdução à Lingüística Aplicada.

"Os problemas básicos não são causados por nenhuma dificuldade intrínseca das propriedades da nova língua, consideradas em si mesmas, mas essencialmente pelo "conjunto" especial criado pelos hábitos da língua materna."

c) A língua nativa influencia a língua estrangeira em aquisição.

Levando-se em conta não apenas as diferenças constatadas entre as estruturas em confronto, mas também a sua similaridade, um inventário elaborado cuidadosamente mostra que a aquisição de uma língua estrangeira passa por estágios graduais, sob a influência dos mecanismos da língua materna. Estes mecanismos anteriormente internalizados podem influenciar de modo positivo pe-

la semelhança com os da segunda língua (LE), facilitando a aprendizagem do novo código lingüístico – ou de modo negativo frente às diferenças de organização da língua, dificultando a passagem de um sistema a outro.

d) A previsão de obstáculos desse tipo pode ser feita pela comparação sistemática. As semelhanças e as diferenças entre as duas línguas eram tidas como indícios de dificuldades ou facilidades encontradas pelo aprendiz na passagem de um sistema lingüístico a outro.

Muitos trabalhos sobre análise contrastiva foram desenvolvidos entre 1945 e 1965 por Charles Fries, Politzer, Ferguson, Stockwel e Lado para abreviar a aprendizagem de línguas estrangeiras durante a Segunda Guerra Mundial.

## 2.3 – As interferências

Levando-se em consideração os pressupostos fundamentais da análise contrastiva expostos em 2.1 compreende-se facilmente que os comportamentos adquiridos na língua nativa são a causa de um dos principais obstáculos na aquisição de uma língua estrangeira; os hábitos fixados anteriormente tendem a se transferir para a organização do novo sistema lingüístico através de um processo de interferência.

Debyser (1970, p.34-41) define e analisa a interferência sob três pontos de vista: o psicológico, o lingüístico e o pedagógico.

Sob o primeiro ângulo, a interferência é considerada uma contaminação de comportamentos, produzindo um efeito negativo de um hábito de aprendizagem sobre outro hábito. Segundo Freud (apud Debyser, 1970, p.35), um lapso é "o encontro, a interferência de duas intenções". Essa interferência pode ocorrer por substituição completa de uma intenção por outra ou parcial, por deformação ou modificação de uma intenção por outra, tendo mais ou menos sentido, conforme o grau de perturbação emocional ou psíquica do indivíduo. Há, portanto, uma analogia entre o mecanismo interferencial do plano psicológico e as interferências lingüísticas que dele resultam.

Debyser (1970, p.36) observa:

"Nas situações de aprendizagem, pode-se dizer que, apesar dos esforços dos professores, a intenção perturbadora inconsciente, isto é, o desejo ou a tentação de se expressar na língua materna, está sempre presente, bem ou mal reprimida."

Embora os efeitos de um hábito sobre outro possam abranger vários campos de experiências – como as praticadas com ani-

mais — só serão levados em conta, na presente exposição, aqueles que dizem respeito à passagem de uma língua à outra.

Quando esses efeitos são positivos, costuma-se chamá-los de transferência; quando negativos, de interferência. A transferência podem ser fatores de influência sobre a aprendizagem: as transferências resultam em facilidades e a interferência em inibições.

Do ponto de vista lingüístico, a interferência é considerada um acidente de bilingüismo provocado pelo contato entre as línguas. Segundo W. Mackey (apud Debyser, 1970, p. 34), "a interferência é o emprego, quando se fala ou escreve uma língua, de elementos pertencentes a outra língua".

Tratando de problemas de bilingüismo, Weinreich (1970, p. 649) refere-se à interferência como fenômeno bidirecional, atuando tanto na LN para a LE como da LE para a LN. Esse tipo de dupla interferência se observa em comunidades bilíngües, mas um contato de línguas também existe num processo de aprendizagem de LE, onde ocorre apenas a influência da LN sobre a outra língua.

A interferência pode afetar tanto a compreensão, isto é, a decodificação de uma mensagem, com a sua produção ou codificação. A análise contrastiva se atém a descrever os mecanismos da produção diretamente observáveis, cabendo à Psicolingüística o estudo dos desvios de compreensão. Mas não há uma relação direta entre os desvios de compreensão e os de produção. Um aprendiz pode decodificar corretamente uma mensagem e ter dificuldade para codificá-la, em face de divergências existentes entre a LN e a LE, quer no plano gramatical, quer no lexical ou no semântico.

Aqui reside a dificuldade dos estudos contrastivos, que deveriam ser mais abrangentes, mas que, por deverem ser mais profundos, são, geralmente, parciais e limitados a um só plano de análise.

Do ponto de vista pedagógico, a interferência é representada pelos desvios cometidos pelo aprendiz de LE sob a influência da LN. Se o aprendiz estuda duas línguas estrangeiras ao mesmo tempo, pode haver contaminação, por exemplo, da segunda sobre a terceira, mas é sempre a LN que exerce a maior influência.

Referindo-se à extensão da interferência, diz ainda Debyser (1970, p. 39):

"Há toda uma série de interferências possíveis de organização da linguagem. De uma maneira geral, pode-se dizer que a linearidade da linguagem, a saber, a organização da frase em forma de sucessão de elementos associados, sejam quais forem as línguas, é particularmente propícia à manifestação de interferências; (...) num comportamento lingüístico, cada palavra, cada sílaba, cada som pode representar o papel de um estímulo em re-

lação aos elementos que acompanham ou que o seguem. Bastará, portanto, que um elemento da cadeia lembre, por qualquer aspecto, a língua materna para que se produza um desvio no nível de um elemento concomitante ou seguinte."

Quanto às interferências gramaticais, Weinreich (1968, p. 658), assim se expressa:

"Uma interferência gramatical ocorre quando as modalidades de ordem, de concordância, de seleção e de modificação automática pertencente ao sistema de LN são aplicadas a segmentos mais ou menos equivalentes da LE, sem respeitar suas normas, ou quando as modalidades gramaticais obrigatórias da LE são omitidas, por falta de modelo equivalente na LN."

## 2.4 — As etapas da análise contrastiva

Segundo Whitman (1970, p. 191), quatro são as etapas num processo de análise contrastiva, todas igualmente importantes e merecedoras da máxima atenção em seu desenvolvimento, sob pena de surgirem problemas, se descuidadas: descrição, seleção, contraste e predição. Na essência, a análise contrastiva confronta duas línguas e as descreve de forma a fazer previsões das dificuldades do falante de uma em aprender a outra. Em outras palavras, o confronto de duas estruturas permite levantar hipóteses de dificuldades, sem, contudo, chegar a resolvê-las, por não ser um processo terapêutico.

A descrição pode ser feita através de vários modelos, podendo-se selecionar os já existente, mas sempre utilizando-se procedimentos idênticos para a descrição das duas línguas.

A seleção do corpus deve pressupor diferenças entre os dois sistemas escolhidos, embora também as semelhanças sejam consideradas.

O contraste pode ser apresentado sob forma esquemática, mas é recomendável fazer um exame cuidadoso de cada estrutura, explicando sua forma, sua distribuição interna, as possíveis variantes e seu sentido.

Quanto às predições de dificuldades, a análise contrastiva só as pode formular como problemas hipotéticos, indicando-as, não de forma direta, mas relativa, sem pretender analisar sua causa, pois tal tarefa compete à Psicolingüística, a qual se vale da análise de erros.

## 2.5 — As hipóteses de análise contrastiva

Conforme Wardhaugh (1970, p. 124), pode-se formular duas hipóteses de análise contrastiva: uma "forte" e outra "fraca".

A versão "forte", adotada por Lado e pela maioria daqueles que trabalham com análise contrastiva, é a que pretende prever as dificuldades de um aprendiz de língua estrangeira. Wardhaugh acha que essa hipótese faz exigências que um linguista não está em posição de resolver, porque nem sempre diferenças entre as línguas significam dificuldades no processo de aprendizagem.

Já a versão "fraca" só requer do linguista o uso do melhor conhecimento lingüístico disponível, a fim de considerar e explicar as semelhanças e as diferenças observadas. Por isso, enquanto a primeira hipótese é de uma análise preditiva, a segunda é de uma análise explanatória.

Um trabalho de análise contrastiva voltado para o ensino de uma língua estrangeira é destinado a adultos que já internalizaram o sistema da língua materna.

Os hábitos já adquiridos serão sempre um obstáculo a qualquer mudança que se faça necessária à internalização de outro sistema. Benathy, Tragen e Waddle (apud Wardhaugh, 1970, p. 124) afirmam que:

"... a mudança que se deve operar no comportamento lingüístico de um estudante de língua estrangeira pode ser igualada às diferenças entre a estrutura da língua e da cultura nativa do estudante, e a estrutura da língua e da cultura em vista. A tarefa do linguista, do antropólogo cultural e do sociólogo é a de identificar essa diferença. A tarefa do elaborador de programas da língua estrangeira é a de desenvolver materiais baseados nessas diferenças; a tarefa do professor é a de estar atento a elas e preparado para ensiná-las e a tarefa do estudante é a de aprendê-las."

Segundo Wardhaugh (1970, p. 125-6) uma avaliação da versão "forte" ou preditiva exige uma disponibilidade de universais lingüísticos formulados numa teoria de aprendizagem lida adequadamente com sintaxe, semântica e fonologia, a fim de prever os desvios do aprendiz. Mas, se estes desvios são de ordem psicológica, não cabe ao linguista apontá-los, já que fogem à sua esfera e dizem respeito ao domínio da Psicologia.

Além disso, uma tal previsão requer uma teoria de lingüística contrastiva capaz de conectar descrições completas das duas línguas, de modo a confirmar as previsões. O linguista não deve se referir à atitude do locutor ou escritor da língua estrangeira, mas tão-somente aos dados que lhe são fornecidos pela gramática que adotar. A versão "forte" é considerada por Wardhaugh como irrelevante, um "pseudoprocédimento", uma vez que a tarefa baseada em tal hipótese é impraticável por falta de informações definitivas sobre o mecanismo psíquico e de descrições completas em todos os planos de uma língua.

Ao contrário, a versão "fraca" leva a uma abordagem que diminui as exigências da teoria contrastiva preconizada pela versão "forte". A versão não preditiva parte da evidência da transferência para a explicação das semelhanças e das diferenças entre os dois códigos lingüísticos, observáveis em traduções defeituosas ou em sotaques estrangeiros (em fonologia).

Concluindo seu exame das duas versões, Wardhaugh (1970, p. 129) diz:

"A hipótese de análise contrastiva tem provedo ser possível trabalhar, pelo menos não no verso "forte" na qual foi originalmente expressa. Essa versão pode funcionar somente para quem estiver preparado para ser bastante crédulo nos problemas lingüísticos. A versão "fraca", entretanto, tem provedo ser de ajuda e indubitavelmente continuará a sê-lo na medida em que a teoria lingüística se desenvolve."

Atualmente a análise contrastiva é ainda cheia de variáveis incertas, que devem ser reavaliadas como tem ocorrido com outras teorias aplicadas ao ensino de línguas, cujo domínio é um terreno de constantes tentativas.

## 2.6 – Os limites da análise contrastiva

O pressuposto de que se podem prever, através de descrições paralelas, os padrões que trazem dificuldades ou que facilitam a aquisição da língua, foi adotado por Lado (1971, p. 13), que observa:

"... na comparação entre a língua nativa e a língua estrangeira está a chave para a facilidade ou a dificuldade na aprendizagem de línguas estrangeiras."

Nem todos os autores estão de acordo com o princípio da análise preditiva de Lado. Lee (1968) e Wardhaugh (1970) (apud Whitman, 1970, p. 191) assim expõem seu ponto de vista:

"A análise contrastiva não pode ser usada para prever problemas de aprendizagem de uma língua estrangeira, embora seus métodos possam ser úteis para explicar dificuldades já conhecidas ou descobertas."

De acordo com Mieckel e Vagner, na introdução de seu artigo "Contrastive Linguistics and Language Teaching" (1968, p. 233), a Lingüística Contrastiva se tornou um ramo da Lingüística Aplicada que não pode ser negligenciado, mas cuja contribuição não deve ser superestimada.

Portanto, mesmo que não seja possível prever, através do método contrastivo, as facilidades ou as dificuldades que um aprendiz da língua estrangeira venha a encontrar, pode-se, contudo,

descrever as estruturas das duas línguas postas em paralelo, compará-las e observá-las, a fim de melhor compreender seus usos e evitar possíveis erros.

Os problemas de paralelismo ou de contraste são complexos nas suas relações funcionais e não podem ser vistos isoladamente, através de um só plano — o formal ou o distribucional, por exemplo — sem levar em conta as implicações do significado. A dificuldade dos estudos contrastivos reside, portanto, num eixo paradoxal: se, por um lado, eles devem ser limitados, ou seja, se devem tocar num ponto de contato preciso entre duas línguas, não se pode contar, ao mesmo tempo, com descrições completas ou com uma teoria suficientemente desenvolvida para elucidar todas as reflexões teóricas desse tipo de pesquisa. De outra parte, os estudos modernos de análise contrastiva tendem menos, atualmente, a isolar os problemas, abordando-os, pelo contrário, num feixe mais convergente, englobando vários planos da língua que estão sempre inter-relacionados, como o morfológico, o sintático e o semântico.

As primeiras comparações fonológicas baseadas nos princípios estruturalistas deram bons resultados, pois as teorias, já bastante generalizadas, permitiam comparar as descrições, opondo as unidades fônicas, os traços distintivos, as redundâncias, as variantes e o binarismo. Mas a transposição dessas técnicas para o campo da morfossintaxe e do léxico não resultou em efeitos semelhantes, visto serem insuficientes as teorias gerais e precários os estudos descritivos nesse domínio, devendo-se, por isso, esperar apenas soluções parciais.

## 2.7 — Aplicações da análise contrastiva

Enquanto se estabelecem os inventários, ou se demonstram simplesmente as oposições entre dois sistemas, fazendo-se um levantamento das diferenças estruturais, semânticas ou distribucionais; enquanto se classificam os desvios inventariados, estar-se-á no campo teórico da análise contrastiva. Mas, a partir do momento em que essa teoria for utilizada em proveito de algum tipo de material didático, passa-se para o campo da aplicação, que abrange qualquer operação ligada à linguagem. Neste estágio, a Linguística conta com o concurso de outras disciplinas auxiliares, como a Pedagogia, a Psicologia, a Sociologia, a Lexicologia, a Teoria Literária, a Teoria da Tradução.

Beneficiam-se dos resultados da análise contrastiva trabalhos voltados para: a elaboração de livros-texto ou de outros materiais

de ensino, a preparação de testes corretivos para prevenir erros, o levantamento de dados para o estudo da cultura de um povo, a confecção de dicionários bilíngües, a pesquisa literária e a teoria da tradução. Diz Ferguson (apud Whitman, 1970, p. 191):

"Uma análise contrastiva de duas línguas, feita com cuidado, é uma excelente base para a preparação do material didático."

Também Debyser (1971, p. 7) salienta esse tipo de utilidade da análise contrastiva:

"O único objetivo pretendido é a aplicação, isto é, o destaque, a propósito de dois sistemas lingüísticos quaisquer, das diferenças de organização e de funcionamento que podem ser uma fonte de interferências para um locutor passando do uso de LN para LE, em particular num processo de aprendizagem."

Rebouillet (1971 p. 64) diz que a existência de uma lingüística contrastiva baseada na análise de duas línguas ou na análise de erros autoriza uma análise simétrica de duas culturas, apesar de serem problemas diferentes.

Vinay e Darbelnet (1972, p. 25), propondo um método para melhor traduzir expressões estilísticas, utilizam o método comparativo, afirmando:

"A comparação de duas línguas, se praticada com reflexão, permite destacar melhor os caracteres e o comportamento de cada uma. Aqui, o que conta não é o sentido de um enunciado, mas a maneira pela qual opera uma língua para produzir esse enunciado."

A importância de confronto de línguas na Teoria da Tradução é atestada por Catford (1980, p. 22):

"A teoria da tradução diz respeito a um certo tipo de relação entre línguas e é conseqüentemente um ramo da Linguística Comparativa."

Neis (1980, p. 93), abordando a Teoria da Tradução como uma ciência que tem fundamentos e normas próprias, diz:

"Não há dúvida de que, ainda que limitada, a Linguística teórica é uma ciência básica para a Teoria da Tradução. Sua mais valiosa contribuição nesse sentido está naquilo que constitui sua meta mais ambiciosa: a descrição rigorosa e exaustiva de todos os sistemas lingüísticos."

O mesmo autor (1980, p. 93-4) prossegue:

"Apesar de uma tal descrição estar muito longe de ser conduzida, ela é, no entanto, um instrumento indispensável para se chegar a estabelecer fundamentos científicos de uma Teoria da Tradução. Esta descrição será, por sua vez, a base de outra disciplina essencial dentro da Tradutologia, a Análise Contrastiva, que, com base em critérios objetivos e rigorosos, permite precisar equivalências e diferenças entre os elementos de diversos códigos lingüísticos."

Um dos princípios apresentados por Moulton (apud Rivers, 1975, p. 36) para guiar os professores na aplicação dos resultados da pesquisa lingüística é a comparação.

Também Girard (1972, p. 36) inclui essa técnica nos seus fundamentos destinados a melhor aparelhar o ensino de línguas estrangeiras.

Confirmam a utilidade da análise contrastiva os trabalhos que continuam a ser feitos por muitos professores nestes últimos anos (teses, preparação de testes, monografias) e as observações feitas acima acerca de sua aplicação.

Quanto à metodologia baseada apenas na competência lingüística, Debyser (1970, p. 61) diz que a autocrítica idealista que se faz, nos meios de Lingüística Aplicada, contra certos dogmatismos skinnerianos é excessiva e que não se pode reassumir uma pedagogia em tentativas, sem guias.

Se os behavioristas incondicionais hoje lêem Chomsky e se desfazem de velhos manuais ultrapassados — o que é um sinal de atualização — isto não tem nenhuma relação com uma didática de línguas estrangeiras, que se avalia e deve continuar a avaliar-se, sem, contudo, perder pelo caminho percorrido o que já conseguiu encontrar de válido. E conclui Debyser (1970, p. 61):

"Pensemos que não há nenhuma razão teórica de abandonar esse gênero de pesquisas (de Lingüística Contrastiva), mas que, pelo contrário, é tempo de desenvolvê-las e aprofundá-las, levando-se em conta as contribuições mais recentes da Lingüística Geral e da Psicolingüística. Elas devem, efetivamente, trazer-nos não apenas uma estratégia, mas uma teoria do contato vivido pelo indivíduo entre duas línguas diferentes."

### 3 – OS USOS DO INFINITIVO DO PORTUGUÊS E DO FRANCÊS

A relação contrastiva entre as duas línguas em cause presta-se a um processo de tradução bidirecional, condicionada a determinadas situações, como ocorre na tradução regressiva de que fala Spalatin (1967). Esse processo consiste em selecionar um corpus de itens da  $L_1$  e apresentar todos os equivalentes possíveis da  $L_2$ , como um novo texto, do qual se pode refazer o caminho reverso para chegar novamente ao texto original. Para tanto, é preciso definir as condições necessárias à produção desse texto.

Spalatin (1967, p. 30) diz que:

"É óbvio que a tradução com propósitos contrastivo em ambas as direções tem que produzir os mesmos textos, o que significa que ambos os textos em  $L_1$  e  $L_2$  devem ser dados."

O critério do significado contextual é de suma importância. Uma tradução rigorosa procura, portanto, levar em conta a intenção de quem fala ou escreve. As condições em que aparece uma determinada forma também devem ser estabelecidas.

Adaptando-se a fórmula de Spalatin (1967, p. 34) ao estudo do infinitivo, o raciocínio poderia ser o seguinte:

Processos	$L_1$	Itens selecionados	$L_2$	Equivalentes
1	LN	A, B, C	LE	a, c
2	LE	a, c	LN	A, B, C

Estabelecidas as condições de ocorrências, pode-se representar o processo de tradução reversa da seguinte forma:

- 1 – (LN termos A, B, condição x) (LE termo a)
- 2 – (LN termos B, C, condição y) (LE termo c)

Inversamente:

- 1 – (LE termo a, condição x) (LN termo A, B)
- 2 – (LE termo c, condição y) (LN termo B, C)

O infinitivo do português, além da forma invariável encontrada nas demais línguas românicas, possui uma outra, flexionada, com características de verbo finito.

Embora muito complexos, os usos do infinitivo português podem ser resumidos, segundo os princípios de Maurer (1968), em três ocorrências gerais:

1. Uso obrigatório do infinitivo invariável (correspondente à uma condição x),
2. Uso obrigatório do infinitivo flexionado ou com morfema zero ( $\emptyset$ ) (correspondente a uma condição y),
3. Uso facultativo do infinitivo flexionado ou do infinitivo invariável (correspondente a uma condição z).

O uso obrigatório do infinitivo invariável ocorre, quando se quer dar ênfase ao processo verbal, não sendo o agente desse processo aludido no contexto, mas dele apenas inferido de maneira vaga, indeterminada, sem remetê-lo a um indivíduo ou a um grupo.  
Ex.:

É melhor sair daqui.

Ocorre ainda a forma invariável nas locuções verbais, quando a flexão é bloqueada, porque repetiria o agente já marcado no verbo auxiliar, como no exemplo:

Não podemos sair daqui.

A forma com morfema zero (Ø) ou com flexão ocorre, obrigatoriamente, quando se atribui ao infinitivo um sujeito próprio, aplicando-se, então, as leis da concordância, como nos exemplos seguintes:

- É melhor eu sair daqui. (forma com Ø)  
 É melhor saíres daqui. (forma flexionada)

As formas invariável ou flexionada podem ocorrer, facultativamente, segundo se queira dar ênfase ao processo ou ao agente do processo, contanto que esse agente seja conhecido no contexto através de um termo qualquer, sugerindo a quem se refere a ação enunciada pelo infinitivo, como nos exemplos:

- Eu já te disse para sair daqui. (sentido genérico)  
 Eu já te disse para saíres daqui. (com agente marcado)  
 Eu já te disse que saias daqui. (variante com sujeito próprio no segmento subordinado)

Na sistemática de análise contrastiva em tradução regressiva, baseada no modelo de Spalatin (1967), ambos os textos de L<sub>1</sub> e L<sub>2</sub> devem ser dados, estabelecendo-se, também, as condições das ocorrências, conforme os seguintes quadros comparativos:

PORTUGUÊS		FRANCÊS	
ITEM	Condição x		ITEM
A — É melhor sair daqui. (Infinitivo invariável obrigatório)	Il vaut mieux sortir d'ici. (Infinitivo invariável)	a	
	Condição y		
B — É melhor saíres daqui.	Il vaut mieux que tu sortes d'ici.	c	
C — É melhor que saias daqui. (Infinitivo flexionado, com sujeito próprio ou variante com verbo finito).	(verbo finito com sujeito próprio).		
	Condição z		
A — Eu já te disse para sair daqui. (Ênfase no processo: infinitivo invariável).			

- B — Eu já te disse para saíres daqui. (Ênfase no agente do processo: infinitivo flexionado)
- C — Eu já te disse que saias daqui. (Variante: QU + verbo finito).
- Je t'ai déjà dit de sortir d'ici. (Somente infinitivo invariável).

#### PROCESSO 1

Ocorrências no português	Resultantes em francês
(P item A, cond. X)	(F item a)
(P itens B, C cond. y)	(F item c)
(P itens A, B, C, cond. z)	(F item a)

#### PROCESSO 2

Ocorrências em francês	Resultantes em português
(F item a, cond. x)	(P item A)
(F item c, cond. y)	(P itens B, C)
(F item a, cond. z)	(P itens A, B, C)

#### CONCLUSÃO

O francês não tem equivalência formal para B, mas as condições de B podem ser preenchidas por C.

#### CONCLUSÕES GERAIS

Há ocorrências que fogem às justificativas estabelecidas para os três grandes eixos que fundamentam os usos do infinitivo do português. A complexidade de certas situações específicas merece observações que não foram apresentadas nesta síntese.

Tais situações sofrem influências de fatores que dizem respeito a preferências subjetivas, a questões de estilística ou a razões psicológicas.

O uso da forma facultativamente invariável ou flexionada do infinitivo português, por exemplo, depende de uma opção individual. O fator psicológico entra, como se vê, no terreno desta análise. Ainda que não averiguadas as razões em si da escolha subjetiva entre uma ou outra forma do infinitivo português, por não se tratar de assunto pertinente a este trabalho, são estas mesmas razões

que criam as diferentes direções de sentido que a flexão do infinitivo ou sua ausência podem imprimir à frase, enfatizando o processo ou o agente do processo verbal.

Portanto, não foi desprezada, na descrição de cada caso, a participação do indivíduo no ato da palavra, escrita ou oral.

Said Ali (1957, p. 66) observa:

"No emprego do infinitivo enfático, como na ênfase em geral, deve-se levar em conta a intenção, o elemento subjetivo, e neste ponto o gramático, não podendo colaborar no pensamento do autor, fica impossibilitado de descrever as leis".

Molho (1959, p. 49-51) analisa a diferença entre o infinitivo invariável do francês e a forma flexionada do português, dizendo que existe, entre ambos, uma variação de ponderabilidade. A forma invariável, como a do francês, é a de um infinitivo leve que aflora à linha do tempo e "é tão pouco verbo quanto um verbo pode sê-lo". O infinitivo do português, pesado, está fortemente engajado no tempo, tende a avançar tão longe quanto possível no interior do sistema verbo-temporal e se apropria de seus atributos, penetrando no sistema da conjugação pela forma flexionada pessoal.

Sem a pretensão de trazer soluções definitivas para a problemática do infinitivo do português e do francês, tentou-se explorar alguns fatos gramaticais sob diferentes ângulos que poderão, talvez, facilitar o ensino e a aprendizagem de uma língua estrangeira.

Um sistema de linguagem não é um código inalterável; ele pertence ao domínio do contínuo e do mutável, que caberá a futuros estudos contrastivos completar e ampliar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BECHARA, Evanildo. *Gramática portuguesa*. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional, s.d.
2. CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução*. São Paulo, Cultrix, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1980.
3. CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 15. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.
4. CHEVALIER, Jean Claude & BLANCHE-BENVENISTE, Claire. *Grammaire Larousse du français contemporain*. Paris, Larousse, 1979.
5. CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, MEC-Parana, 1972.
6. —. *Gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Belo Horizonte, B. Álvares, 1976.
7. DEBYSER, Francis. *La linguistique contrastive et les interférences*. *Langue Française*, Paris, Larousse (8):31-61, déc. 1970.
8. —. *Introduction. Les recherches contrastives aujourd'hui. Le Français dans le Monde*, Paris, Hachette, Larousse (81):8-10, juin 1971.

9. GALICHET, George. *Propositions infinitives et propositions participes. Le Français dans le Monde*. Paris, Hachette, Larousse (14):28-31, jan. fev. 1963.
10. GIRARD, Denis. *Linguistique appliquée et didactique des langues*. Paris, Colin, Longman, 1962.
11. GREVISSE, Maurice. *Le bon usage*. 7. ed. Gembloux, Duculot, 1959.
12. LADO, Robert. *Introdução à lingüística aplicada*. Petrópolis, Vozes, 1971.
13. LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida; explicação da nomenclatura gramatical brasileira*. 3. ed. Porto Alegre, Globo, 1976.
14. MAUGER, G. *Cours de langue et civilisation française*, III. Paris, Hachette, 1977.
15. —. *Grammaire pratique du français d'aujourd'hui — langue parlée/langue écrite*. 8. ed. rev. Paris, Hachette, 1979.
16. MAURER JR., Theodoro Henrique. *O infinitivo flexionado português*. São Paulo, Ed. Nacional, 1968.
17. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro, 1959.
18. MOLHO, Maurice. *Le problème de l'infinitif en portugais*. *Bulletin Hispanique*. Bordeaux (61):26-63, 1959.
19. NEIS, Ignácio Antonio. *Lingüística e tradutologia*. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 13 (42):88-111, dez. 1980.
20. NICKEL, Gehrard. WAGNER, Heinz. *Contrastive linguistics and language teaching*. *IRAL* (60):223-55, 1968.
21. PERINI, Mário. *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis, Vozes, 1977.
22. POERSCH, José Marcolino. *Colocações sobre lingüística pura e lingüística aplicada*. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 13 (42):7-19, dez. 1980.
23. REBOULLET, André. *Pour un enseignement coopératif en civilisation. Le Français dans le Monde*. Paris, Hachette, Larousse (81):64-70, juin 1971.
24. RÉQUÉDAT, François. *Les constructions verbales avec l'infinitif*. Paris, Hachette, 1980, Collection F.
25. RIVERS, Wilge M. A. *Metodologia do ensino de línguas estrangeiras*. São Paulo, Pioneira, 1975.
26. ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 15. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1972.
27. SAID ALI, Manoel. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1965.
28. —. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1966.
29. SENSINE, Henri. *L'emploi des temps en français*. Paris, Payot, 1955.
30. SPALATIN, Leonardo. *Contrastive methods*. *Studia Romanica et Zagrebiana*, Zagreb (23):29-62, 1967.
31. STEN, Holger. *L'infinitivo impersonal et l'infinitivo pessoal en portugais moderne*. *Separeta do Boletim de Filologia*, t. 13, Copenhagen, 1953.
32. TESNIÈRE, Lucien. *Elements de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck, 1966.
33. VINAY, J. P. & DARBELNET, J. *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. ed. rev. corr. Paris, Didier, 1972.
34. WAGNER, R. & PINCHON, J. *Grammaire du français classique et moderne*. Paris, Hachette, 1962.
35. WARDHAUGH, Ronald. *The contrastive analysis hypothesis*. *TESOL* (4):123-9, 1970.
36. WEINREICH, Uriel. *Unilinguisme et multilinguisme*. In MARTINET, André et alii. *Le Langage*. Paris, The Hague, Mouton, 1973.
37. WHITMAN, Randal. *Contrastive analysis: problems and procedures*. *Language Learning*, 20 (2):191-7, 1970.